



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

Convênio 02/2026 /RETOMADA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA E O MUNICÍPIO DE NOVA CRIXÁS/GO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA, inscrita no CNPJ nº 37.992.607/0001-05, com sede administrativa situada na Rua 82 nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Setor Central, em Goiânia - GO, neste ato representada por seu titular, Sr. **César Augusto de Sotkeviciene Moura**, CPF nº XXX.145.881-XX, residente e domiciliado em Goiânia - GO, doravante denominada **CONCEDENTE**.

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE NOVA CRIXÁS/GO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 00.236.968/0001-11, com endereço na Praça Três Poderes, S/n, Centro, NOVA CRIXÁS/ GO, CEP 76.520-000, neste ato representado pelo Prefeito **RODRIGO BARBOSA TAVARES**, inscrito no CPF sob o nº XXX.545.101-XX, residente e domiciliado em Nova Crixás/GO, doravante denominada, **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, tudo constante nos processos administrativos nº (202619222000022) e nos termos e condições estipuladas abaixo:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o Termo de Convênio, em conformidade com as normas legais previstas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente convênio tem por objeto o apoio financeiro para a realização da Festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO, que será realizado no período de **30 de Janeiro a 01 de Fevereiro de 2026**. O apoio destina-se a contratação de estrutura e de show musical, tendo como objetivo promover o acesso da população a atividades culturais e de lazer, além de fortalecer a identidade cultural e a integração social da comunidade.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

3.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho (85577946), especialmente elaborado e aprovado, do qual consta o detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução, com seus respectivos cronogramas, devidamente justificados, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento de Convênio, independente de transcrição.

3.1.1 Qualquer ajuste a ser realizado no Plano de Trabalho (85577946), deve ser submetidos e aprovado previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE.

3.1.2 Na hipótese de aditamento deste Termo de Convênio, que acarrete alteração do Plano de Trabalho, este deverá ser ajustado e devidamente aprovado.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

4.1 Compete ao CONCEDENTE, além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

4.1.1 efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado (85577946), que guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto deste Instrumento;

4.1.2 monitorar, acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto conveniado e avaliar seus resultados;

4.1.3 prorrogar de ofício a vigência deste Termo de Convênio antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que haja plena condição para execução do objeto;

4.1.4 avaliar a execução deste Termo de Convênio, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado e eventual solicitação de Termo Aditivo pelo CONVENIENTE, fundamentada em razões que a justifique;

4.1.5 acompanhar e fiscalizar, por meio de um representante ou de uma equipe de representantes, especialmente designado(a), a utilização dos recursos transferidos para consecução do objeto deste Termo de Convênio, avaliando os seus resultados e reflexos, de acordo com o estabelecido na Cláusula Décima - Do acompanhamento e fiscalização;

4.1.6 verificar a regular aplicação da parcela de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;

4.1.7 analisar os Relatórios de Execução e a Prestação de Contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Termo de Convênio, devendo comunicar ao CONVENIENTE qualquer irregularidade decorrente do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, e suspender a liberação dos respectivos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período;

4.1.8 verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENIENTE para a execução do objeto deste Termo de Convênio, atendo-se à documentação no que concerne à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado e ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENIENTE, que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;

4.1.9 na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, reduzir o quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade;

4.1.10 Receber e encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas da gestão de recursos financeiros concedidos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

5.1 Compete ao CONVENIENTE, além das obrigações previstas na Lei 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

5.1.1 executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado neste Termo de Convênio, conforme Plano de Trabalho e suas reformulações, aprovados pelo CONCEDENTE, observando prazos e custos;

5.1.2 executar o objeto pactuado zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, a fim de alcançar eficiência e eficácia na sua consecução;

5.1.3 assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

5.1.4 selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

5.1.5 promover a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296/2004;

5.1.6 contribuir em favor da política de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes no segmento do turismo, e da inserção da marca do Programa Turismo Sustentável e Infância;

5.1.7 utilizar os recursos recebidos na execução do objeto deste Termo de Convênio, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, devendo sua movimentação realizar-se em conformidade com o disposto na Cláusula Nona – Da conta específica e da aplicação dos recursos;

5.1.8 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE;

5.1.9 manter os documentos relacionados a este Termo de Convênio arquivados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que for aprovada a prestação de contas;

5.1.10 responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas à contratação de pessoal para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, bem como por quaisquer ônus tributários ou extraordinários que venham a incidir sobre o presente Instrumento;

5.1.11 assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da RETOMADA em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA SEGUNDA e, bem assim, inserir a marca do Governo Estadual nos outdoors custeados, em banners e cartazes, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Convênio, observados os limites da Lei Federal nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), ficando vedado aos Convenientes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

5.1.12 realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório, de acordo com as normas de licitação, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do Termo de Referência, da planilha orçamentária, o respectivo detalhamento de sua composição por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução terceirizada;

5.1.13 apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

5.1.14 exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento;

5.1.15 estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos, quando for o caso;

5.1.16 fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

5.1.17 disponibilizar, sempre que solicitado, um representante para acompanhar o servidor ou equipe do CONCEDENTE especialmente designado(a) no ato da fiscalização in loco;

5.1.18 permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações referentes a este Termo de Convênio, bem como aos locais de execução do objeto;

5.1.19 não realizar despesa em data anterior à vigência deste Termo de Convênio nem efetuar pagamento em data posterior à sua vigência, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;

5.1.20 não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidor ou empregado público que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal;

5.1.21 não efetuar pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

5.1.22 não realizar despesas a título de taxa de administração, ou similar;

5.1.23 não realizar trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

5.1.24 disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo de Convênio contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

5.1.25 disponibilizar todo e qualquer material produzido no âmbito deste Termo de Convênio ao CONCEDENTE, para fins institucionais e instrucionais, quando for o caso;

5.1.26 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do Convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

5.1.27 prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, das aplicações financeiras, quando houver, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma do Artigo 21 do Decreto Estadual nº 10.248/2023, contados do término da vigência deste Termo de Convênio e na forma prevista nos itens 5.4, 5.5 e seguintes desta Cláusula;

5.1.28 não contratar pessoas que tenham sido responsáveis pela elaboração de projetos básicos ou de termos de referência relativos aos objetos contratados, por descumprir o disposto Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248/2023;

5.1.29 elaborar projetos básicos ou termos de referências, para as contratações necessárias à consecução do objeto, com os elementos necessários e suficientes para possibilitar a avaliação dos custos dos serviços a serem contratados de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.30 colher as assinaturas de todas as pessoas incluídas como responsáveis pelos projetos básicos ou termos de referência, em atenção ao princípio da veracidade que deve nortear a administração pública, e ao caráter formal do procedimento licitatório consagrado de acordo com Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.31 exigir a emissão de pareceres técnico e jurídicos após a fase preparatória, com a finalidade de realização de controle prévio de legalidade dos contratos e termos aditivos contratuais, atendendo ao comando do art. 53 da Lei federal nº 14.133, de 1 abril de 2021;

5.1.32 formalizar procedimentos de licitação, com abertura do processo administrativo, autuação, protocolo e numeração dos autos processuais, nos termos preconizados pela Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.33 exibir os vídeos de promoção do turismo do Estado de Goiás, disponibilizado pelo CONCEDENTE, devendo ser exibidos, preferencialmente nos períodos que antecedem as atrações artísticas, ou em locais

de grande concentração de público do evento;

5.1.34 comunicar o cancelamento do evento à RETOMADA, no prazo mínimo de 03 (três) dias antes de seu início, sob pena de responsabilizar-se por eventuais gastos realizados por esta pasta com o envio de servidor(es) para efetuar a fiscalização do evento, ressalvados os casos fortuitos e de força maior;

5.1.35 assegurar e comprovar que os valores arrecadados com a venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos no âmbito deste Termo de Convênio sejam revertidos para a consecução do objeto ou recolhidos à conta do Tesouro Estadual, quando for o caso;

5.1.36 Realizar a divulgação da formalização do convênio na comunidade beneficiada e à Câmara de Vereadores por meio de reunião pública presencial ou virtual, fixação de cartazes em locais de grande circulação, publicações nas redes sociais oficiais, envio de ofícios formais à Câmara, e, quando aplicável, publicação no Diário Oficial do Município;

5.1.37 identificar o objeto do convênio como resultante da aplicação de recursos do governo estadual.

5.2 O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas nos incisos anteriores acarretará ao CONVENIENTE a prestação de esclarecimentos perante o CONCEDENTE.

5.3 A fiscalização pelo CONVENIENTE consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático, atualizada, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a fiscalização pelo CONVENIENTE deverá:

a) manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos serviços; e

b) verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos aprovados.

5.4 Os documentos referentes ao procedimento licitatório, à celebração de contratos, à liquidação e aos pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, bem como as informações relativas ao registro de ingressos de recursos do convênio, deverão ser apresentadas no momento da prestação de contas.

5.5 Além da documentação solicitada no Plano de Trabalho, a prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às disposições do Decreto Estadual nº. 10.248/2023, devendo ser composta do seguinte:

5.5.1 ofício de encaminhamento;

5.5.2 relatório circunstanciado do cumprimento do objeto;

5.5.3 cópia do plano de trabalho aprovado pelo ordenador de despesa;

5.5.4 cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;

5.5.5 relatório de execução físico-financeira;

5.5.6 demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;

5.5.7 relação de pagamentos efetuados com os recursos do concedente e conveniente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

5.5.8 relação de serviços de terceiros com os recursos do concedente e conveniente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

5.5.9 extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento, demonstrando a conta zerada, e, se for o caso, a conciliação bancária;

5.5.10 extratos da conta de aplicação financeira, evidenciando todos os rendimentos auferidos no período e demonstrando a conta zerada;

5.5.11 comprovante de recolhimento do saldo de recursos ao Tesouro Estadual;

5.5.12 cópia dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou a sua inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;

5.5.13 cópia dos contratos firmados e com os respectivos aditivos e publicações, quando for o caso;

5.5.14 notas fiscais/faturas;

5.5.15 o relatório fotográfico dos bens adquiridos e das obras realizadas, se for o caso;

5.5.16 a relação dos treinados ou dos capacitados, quando for o caso; e

5.5.17 o termo de compromisso por meio do qual o conveniente fica obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 5 (cinco) anos, da data em que foi aprovada a prestação de contas

5.6 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o CONCEDENTE estabelecerá prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação ou para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

5.7 Se ao término do prazo estabelecido o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o concedente registrará, no sistema previsto no parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 10.248 , a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, adotará medidas para a reparação do dano ao erário e, se for o caso, providenciará a instauração de tomada de contas especial, sob a pena de responsabilização solidária , nos termos do Artigo 24 do Decreto Estadual nº. 10.248/2023.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Convênio terá vigência de **2 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho (85577946) aprovado.

6.2 Quando o CONCEDENTE der causa ao atraso na liberação dos recursos, a vigência deste Termo de Convênio será prorrogada, de ofício, pelo exato período do atraso verificado, devendo o CONVENENTE, caso o atraso tenha comprometido a realização de metas ou ações estabelecidas no cronograma de execução, propor a reformulação do Plano de Trabalho, que deverá ser aprovado pela área técnica do CONCEDENTE.

6.3 A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por solicitação do CONVENENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência prevista para a execução de seu objeto, desde que aceita pelo CONCEDENTE.

6.4 O CONVENENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar a Prestação de Contas, a contar do término da vigência estabelecida no item 6.1, ou da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, dá-se o valor total de **R\$500.533,00 (quinhentos mil, quinhentos e trinta e três reais)**, sendo o valor de **R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás, e o valor de R\$ 533,00 (quinhentos e trinta e três reais), (85578197) contrapartida da conveniente, observadas as características abaixo especificadas, conforme Plano de Trabalho (85577946) aprovado.

Da **CONCEDENTE**:

Dotação Orçamentária: 2026.4201.11.691.1054.3254.03

Natureza da Despesa: 3.3.40.41.21

Fonte: 15000100

Nota de Empenho: 2026.4201.027.00001

Da CONVENIENTE:

Unidade orçamentária: 4

Função: 4

Subfunção: 122

Programa: 1037

Ação: 2004

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

Fonte: 1.00

Nota de Empenho: 130315/2026

7.2 As despesas decorrentes da execução do presente Convênio em exercício subsequente, no que corresponde ao CONCEDENTE, correrão à conta de suas dotações orçamentárias, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do respectivo crédito e empenho, quando for o caso.

7.3 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, provenientes das aplicações, se for o caso, figurarão, obrigatoriamente, no Orçamento do CONVENIENTE, obedecendo ao desdobramento por fonte de recursos e elementos de despesa.

7.4 Na hipótese do objeto deste Termo de Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição, tanto pelo CONCEDENTE quanto pelo CONVENIENTE, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, aplicável ao valor total anteriormente pactuado.

8. CLÁUSULA OITAVA- DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 Os recursos financeiros serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho (85577946) aprovado, em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do Convênio, a crédito de conta específica.

8.2 Para recebimento dos recursos o CONVENIENTE deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho (85577946).

8.3 A liberação da segunda parcela e seguintes fica condicionada à aprovação, pelo CONCEDENTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada, quando for o caso.

8.4 O CONCEDENTE suspenderá a liberação dos recursos quando houver quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, ou quando a justificativa apresentada pelo CONVENIENTE não for aceita, observado o previsto na Cláusula Décima Primeira – Das Irregularidades.

9. CLÁUSULA NONA - DA CONTA ESPECÍFICA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, serão obrigatoriamente, mantidos em conta bancária específica do Convênio exclusivamente em instituições financeiras controladas pelo Estado e somente

poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.2 Os recursos financeiros serão repassados ao CONVENIENTE, em uma ou mais parcelas, para atendimento das disposições do Demonstrativo de Desembolso contido no Plano de Trabalho (85577946), parte integrante deste Termo de Convênio;

9.3 O CONVENIENTE manterá uma conta bancária específica, para registro das operações financeiras do Convênio;

9.4 Se houver saldo dos recursos que foram liberados pela CONCEDENTE, este deverá ser devolvido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do término do Convênio, ressalvadas as hipóteses;

9.5 Os recursos liberados pela CONCEDENTE e aplicados indevidamente pelo CONVENIENTE deverão ser devolvidos à conta vinculada do Convênio;

9.6 Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.7 Os recursos transferidos pela CONCEDENTE, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados, através da instituição bancária detentora da conta corrente do Convênio, desde que não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados;

9.8 As receitas, oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, não poderão ser computadas como contrapartida e serão aplicadas no objeto do Convênio, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas exigidas para recursos transferidos.

9.9 Os saldos de Convênio, enquanto não utilizados, serão, obrigatoriamente, aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

9.10 As receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

9.11 A liberação de parcelas de recursos sujeitará o conveniente a manter as mesmas condições para celebração do convênio e deverá ser efetuada em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos abaixo enumerados, hipóteses em que as referidas parcelas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

9.11.1. quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;

9.11.2. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

9.11.3. quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participante repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

9.12 O valor do repasse a ser transferido pela concedente não poderá ser aumentado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada e fiscalizada por servidor(a) a ser designado por meio de Portaria, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução de seu objeto, devendo o CONCEDENTE registrar os atos de acompanhamento e fiscalização da execução do

objeto deste Instrumento, respondendo o CONVENIENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Termo de Convênio.

10.2 A fiscalização pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, em ateste da execução de serviços realizados no âmbito deste Termo de Convênio, mediante fiscalização in loco ou conforme previsto nas subcláusulas 10.5 e 10.7 abaixo delineadas, por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados com os quantitativos efetivamente executados.

10.3 O acompanhamento pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, na análise e aprovação das eventuais reformulações de projetos, quando houver modificação, inclusive de especificações dos serviços, desde que fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos elaborados pelo CONVENIENTE, apresentados previamente ao CONCEDENTE.

10.4 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada por um representante, ou uma equipe de representantes, do CONCEDENTE, especialmente designado(a), conforme previsto na subcláusula 4.1.5., constante da Cláusula Quarta – Das Obrigações do Concedente, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução de seu objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

10.5 O(A) servidor/equipe designado(a) pelo CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo de Convênio, preferencialmente, por meio de supervisão in loco ou qualquer meio idôneo disponível, tais como: jornais, internet, fotografias, telefonemas e congêneres, que caso não ocorra deverá ser devidamente justificada.

10.6 O(A) servidor/equipe especialmente designado(a) pela CONCEDENTE não poderá pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão.

10.7 O CONVENIENTE deverá franquear o acesso dos servidores especialmente designados para a função fiscalizatória aos processos, documentos ou informações referentes à execução do Convênio.

10.8 A não execução do objeto na data prevista no Plano de Trabalho aprovado ensejará a anulação da Nota de Empenho e rescisão unilateral do Convênio pela CONCEDENTE.

10.9 No acompanhamento do objeto deste Termo de Convênio serão verificados:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

10.10 Ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores da CONCEDENTE, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS IRREGULARIDADES

11.1 O CONCEDENTE comunicará ao CONVENIENTE, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, além das previstas abaixo, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

I - quando não houver comprovação da correta aplicação da(s) parcela(s) recebida(s), na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados pelo CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública Federal;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da

Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Convênio;
e

III - quando o CONVENENTE descumprir qualquer Cláusula ou condição deste Termo de Convênio.

11.2 Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

11.3 Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput desta Cláusula o CONCEDENTE: a) realizará a apuração do dano; e b) comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

11.4 O não atendimento das medidas saneadoras previstas na subcláusula 11.2 ensejará que o ordenador de despesas, sob pena de responsabilidade, determine a inscrição no cadastro de inadimplentes e a instauração da Tomada de Contas Especial.

11.5 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o CONCEDENTE dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

12.1 Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, é obrigado a recolher por meio de Guia de Recolhimento ao Estado o que se segue:

12.1.1 os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado;

12.1.2 o valor total dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

a. quando não for executado o objeto da avença;

b. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Convênio; e

c. quando não for apresentada, no prazo estabelecido neste Termo de Convênio, a prestação de contas.

12.1.3 o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

12.1.4 o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou, ainda, que não tenha sido feita aplicação;

12.1.5 o valor correspondente a qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

12.2 A devolução prevista no item 11.1 será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos previstos na celebração, independentemente da época em que foram aportados pelos Partícipes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

13.1 Obriga-se o CONVENENTE a registrar, em sua contabilidade analítica, os recursos recebidos do CONCEDENTE, sendo que as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, identificando o número do Convênio e a especificação dos itens conforme Plano de Trabalho aprovado, bem como manter em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

14.1 É vedada a utilização dos recursos repassados pelo CONCEDENTE, dos recursos oriundos de aplicação financeira, quando houver, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho (85577946) aprovado, devendo o Convênio ser executado em estrita observância às suas Cláusulas e às normas pertinentes, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

III – pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas, compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias vigente;

IV – alterar o objeto do convênio de forma a descaracterizá-lo;

V – utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

VI – realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VII – realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VIII – realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

IX - Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1 Este Convênio poderá ser denunciado por quaisquer dos Participes, mediante notificação escrita, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos Participes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

15.2 Constitui motivo para rescisão deste Termo de Convênio, além do acima exposto, principalmente a constatação, pelo CONCEDENTE, das seguintes situações:

a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

b) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

d) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na Cláusula Nona - Da Conta Específica e da Aplicação dos Recursos; e

e) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

15.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

15.4 A rescisão do Convênio quando resulte dano ao erário enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

15.5 Em sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

16.1 Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência e desde que aceitas pelo CONCEDENTE, não podendo haver alteração do objeto aprovado.

16.2 A celebração de Termo Aditivo fica condicionada à comprovação de regularidade, nos termos da legislação vigente, e da regular execução das metas/etapas do Convênio em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, a ser verificada pela respectiva área técnica do CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

17.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente consignada a participação do CONCEDENTE.

17.2 Fica vedada aos Participes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho.

17.3 Será considerada promoção pessoal, dentre outras: a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DO FORO

18.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

18.2 As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer conflitos e dúvidas decorrentes deste contrato, com renúncia expressa de todos os demais, por mais privilegiados que sejam. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Caberá ao CONCEDENTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Convênio e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do art. 20 do Decreto nº 10.248/2023;

E por estarem em acordo, assinam este instrumento os representantes das partes, para que se alcance os jurídicos e desejados efeitos.

Pela **CONCEDENTE**:

CÉSAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA

Secretário de Estado da Retomada

Pela **CONVENENTE**:

RODRIGO BARBOSA TAVARES

Prefeito do Município de Nova Crixás/GO

GOIÂNIA, 28 de Janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**, **Secretário (a) de Estado**, em 28/01/2026, às 22:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BARBOSA TAVARES**, **Usuário Externo**, em 29/01/2026, às 09:46, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](#) informando o código verificador **85575226** e o código CRC **88F6A8A4**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

RUA 82 400, PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2 ° ANDAR ALA LESTE - Bairro

SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-095 - .



Referência: Processo nº 202619222000022



SEI 85575226



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS CONCEDENTE

1.1 Órgão/Entidade Proponente:			1.2 CNPJ:
Secretaria de Estado da Retomada			37.992.607/0001-05
1.3 Endereço: Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Leste, Setor Central			
1.4 Cidade:	1.5 UF:	1.6 CEP:	1.7 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.8 E-mail: cesar.moura@goias.gov.br		1.9 Site: www.retomada.go.gov.br	
1.10 Nome do Responsável pela instituição:			1.11 CPF:
Cesar Augusto de Stokeviciene Moura			XXX.145.881-XX
			1.12 C.I (Órgão Expedidor):
			3100305 SSP-GO
1.13 Endereço: Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Oeste, Setor Central			
1.14 Cidade:	1.15 UF:	1.16 CEP:	1.17 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.18 E-mail: cesar.moura@goias.gov.br		1.19 Site: https://www.retomada.go.gov.br	

2. DADOS CADASTRAIS - CONVENIENTE

2.1 Órgão/Entidade Proponente:			2.2 CNPJ:
Município de Nova Crixás/GO			00.236.968/0001-11
2.3 Endereço:			
Praça Três Poderes, S/n, Centro			
2.4 Cidade:	2.5 UF:	2.6 CEP:	2.7 DDD/Telefone:
Nova Crixás/GO	GO	76.520-000	(62) 3385-3180/3385-3888
2.8 E-mail:		2.9 Site:	
pvc14@hotmail.com		https://www.novacrixas.go.gov.br/	
2.10 Nome do Responsável pela instituição:			2.11 CPF:
Rodrigo Barbosa Tavares			XXX.545.101-XX
			2.12 C.I (Órgão Expedidor):
			6913568 PC GO
2.13 Endereço			
Rua 05, Q. 08, L. 13, S/N, Casa - 02 Setor Santo Antônio			

62 3385-3180 / 62 3385-3888 62 3385-3354



2.14 Cidade:	2.15 UF:	2.16 CEP:	2.17 DDD/Telefone:
Nova Crixás/GO	GO	76.520-000	(62) 98118-9897
2.18 E-mail: administracao@novacrixas.go.gov.br		2.19 Site: https://www.novacrixas.go.gov.br	

3. **DADOS CADASTRAIS - GESTOR (A) DO CONVÊNIO**

3.1 Nome:		3.2 CPF:	
Rodrigo Barbosa Tavares		XXX.545.101-XX	
3.3 Vínculo com Conveniente: Prefeito Municipal de Nova Crixás/GO			
3.4 Cidade:	3.5 UF:	3.6 CEP:	3.7 DDD/Telefone:
Nova Crixás/GO	GO	76.520-000	(62) 98118-9897
3.8 E-mail: pvc14@hotmail.com			

4. **DESCRIÇÃO DO OBJETO**

4.1 Título do Projeto:	4.2 Vigência do convênio:	
Apoio Financeiro na contratação de Estrutura e Show Musical da festa do 43º Aniversário de Nova Crixás/GO.	Início	Término
	Após a subscrição do Convênio	02 (dois) meses após a assinatura do Convênio
4.3 Objeto do Convênio:		
<p>O presente convênio tem por objeto a cooperação entre o Município de Nova Crixás/GO e a Secretaria da Retomada do Estado de Goiás, visando ao apoio financeiro para a contratação de estrutura necessária à realização do evento, compreendendo palco, som, iluminação e demais serviços correlatos, bem como a apresentação de show musical da DJ IZA, destinados à execução da festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO, que será realizado de 30 de Janeiro a 01 de Fevereiro de 2026.</p> <p>O valor total a ser repassado pela Secretaria da Retomada do Estado de Goiás ao Município de Nova Crixás/GO, a título de apoio financeiro para a contratação de estrutura e show musical da DJ IZA na festa do 43º Aniversário do município, será de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme previsto no Plano de Trabalho.</p>		
4.3 Objetivo do Convênio:		
<p>O presente convênio tem por objetivo estabelecer a cooperação entre o Município de Nova Crixás/GO e a Secretaria da Retomada do Estado de Goiás, visando ao apoio financeiro para a contratação de estrutura e de show musical destinados à realização da festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO.</p> <p>A festa será realizada de 30 de Janeiro a 01 de Fevereiro de 2026, e contará com a seguinte atração:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dia 01/02/2026 - Dj IZA - R\$ 75.000,00 <p>Além disso, a estrutura necessária para a realização do evento inclui os seguintes itens:</p>		

62 3385-3180 / 62 3385-3888 62 3385-3354



- **GERADORES DE ENERGIA (06 UNIDADES): R\$ 31.980,00**
- **SOM PA 48 (03 UNIDADES): R\$ 59.940,00**
- **PALCO MODELO 2 ÁGUAS (03 UNIDADES): R\$ 38.970,00**
- **MESA COMPUTADORIZADA COM 48 CANAIS (03 UNIDADES): R\$ 34.350,00**
- **PAINEL DE LED 6X3(03 UNIDADES):R\$ 20.880,00**
- **BANHEIRO QUÍMICO (66 UNIDADES): R\$ 21.120,00**
- **PRODUÇÃO DE CAMARIM (06 UNIDADES): R\$ 38.880,00**
- **GRADIL (DISCIPLINADOR) (47 UNIDADES): R\$ 7.943,00**
- **TUNEL 10X15 (11 UNIDADES): R\$ 112.200,00**
- **SOM PA8 (03 UNIDADES): R\$ 8.670,00**
- **TENDA 10X10 (26 UNIDADES): 29.380,00**
- **TENDA 4X4 (16 UNIDADES): R\$ 8.800,00**
- **TENDA 6 X3 (12 UNIDADES): R\$ 7.320,00**
- **CLIMATIZADOR PORTÁTIL (06 UNIDADES): R\$ 5.100,00**

Total da Estrutura: R\$ 425.533,00

Obs.: Os recursos desta parceria destinam-se exclusivamente à contratação da estrutura e da artista elencados neste Plano de Trabalho. As demais despesas não relacionadas neste Plano de Trabalho serão custeadas integralmente com recursos próprios do Município de Nova Crixás/GO, não integrando o objeto desta parceria.

4.4 Justificativa:

O Município de Nova Crixás/GO, localizado na região Norte do Estado de Goiás, a aproximadamente 378 km da capital Goiânia, possui população estimada em 13.153 habitantes (IBGE/2025) e área territorial de 13.095 km² (IBGE/2023), integrando a Mesorregião Noroeste Goiano e a Microrregião de São Miguel do Araguaia. O município faz divisa com Crixás, Mozarlândia, Mundo Novo, São Miguel do Araguaia e com o Estado do Mato Grosso, exercendo relevante papel de integração regional.

A realização da festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO configura-se como ação de relevante interesse público, por promover o acesso da população a atividades culturais e de lazer, além de fortalecer a identidade cultural e a integração social da comunidade.

Histórico das Edições Anteriores:

O Município de Nova Crixás realiza anualmente sua festa de aniversário, consolidada como um dos principais eventos culturais da região;

As edições anteriores contaram com apresentações artísticas locais e nacionais, atraindo público regional e contribuindo para a promoção da cultura e economia local;

A gestão municipal possui experiência comprovada na organização, logística e prestação de contas de eventos financiados por convênios e parcerias institucionais.

Impacto e Relevância:

O evento promove integração social e acesso da população a atividades culturais, lazer e entretenimento;

Fomenta a economia local e regional, gerando renda e oportunidades de trabalho temporárias;

Valoriza a cultura e tradição local, fortalecendo o calendário oficial de eventos do município;

Atende às políticas públicas de desenvolvimento e retomada econômica do Estado de Goiás, alinhando-se às diretrizes da Secretaria da Retomada.

Público Estimado para 2026:

Para a edição deste ano, estima-se a participação de aproximadamente 15.000 a 20.000 pessoas, incluindo moradores do município, visitantes de cidades vizinhas e turistas;

4.5 Caracterização dos Interesses Recíprocos:

A presente parceria entre o Município de Nova Crixás/GO e a Secretaria da Retomada do Estado de Goiás tem por finalidade o apoio financeiro para a contratação de estrutura e de show musical, destinados à realização da festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO.

62 3385-3180 / 62 3385-3888 62 3385-3354



O interesse do Município de Nova Crixás/GO reside na realização de evento comemorativo de relevante interesse público, voltado à promoção da cultura, do lazer e da integração social da população, bem como ao fortalecimento do calendário oficial de eventos do município, contribuindo para o estímulo à economia local e regional.

A Secretaria da Retomada do Estado de Goiás, por sua vez, possui interesse em fomentar ações que promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural nos municípios goianos, por meio do apoio a eventos que estimulem a circulação de renda, a geração de oportunidades e a valorização das manifestações culturais, em consonância com as diretrizes e políticas públicas estaduais voltadas à retomada do desenvolvimento.

Dessa forma, os interesses das partes mostram-se recíprocos, complementares e convergentes, justificando a cooperação institucional e o apoio financeiro para a execução do objeto, em atendimento ao interesse público e às finalidades institucionais da Secretaria da Retomada do Estado de Goiás.

4.6 Público-alvo:

O público-alvo da ação consiste na população do Município de Nova Crixás/GO e região, abrangendo munícipes de todas as faixas etárias, bem como visitantes e turistas que participarão da festa comemorativa do 43º Aniversário do Município.

De forma indireta, o evento beneficia comerciantes, prestadores de serviços, trabalhadores informais e demais agentes econômicos locais, contribuindo para a dinamização da economia, a geração de renda e o fortalecimento das atividades culturais e de lazer, em consonância com as diretrizes da Secretaria da Retomada do Estado de Goiás.

4.7 Objetivos a serem alcançados:

Objetivo geral, sucinto:

Promover a realização da festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO, por meio do apoio financeiro para a contratação de estrutura e de show musical da DJ IZA, assegurando evento de interesse público alinhado às diretrizes da Secretaria da Retomada do Estado de Goiás..

Objetivos Específicos:

- I – Proporcionar à população acesso a atividades culturais e de lazer;
- II – Fortalecer o calendário oficial de eventos do Município de Nova Crixás/GO;
- III – Estimular a economia local e regional, por meio da movimentação do comércio e dos serviços;
- IV – Contribuir para a geração de renda e oportunidades temporárias de trabalho;
- V – Valorizar a cultura local e promover a integração social da comunidade, em consonância com as políticas públicas estaduais de desenvolvimento e retomada econômica.

4.8 Resultados esperados:

- Realização da festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO, com estrutura adequada e apresentação de show musical;
- Ampliação do acesso da população a atividades culturais e de lazer;
- Fortalecimento do calendário oficial de eventos do município;
- Estímulo à economia local e regional, com aumento da circulação de pessoas e do consumo no comércio e nos serviços;
- Geração de renda e oportunidades temporárias de trabalho durante o período do evento;
- Valorização da cultura local e fortalecimento da identidade cultural do município.

4.9 Metas a serem atingidas e indicadores de aferição

META	INDICADOR	FONTE	FORMA DE AFERIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Excelência na Execução	Conformidade com Planejamento	Relatórios técnicos e fotos	Comparação Plano x execução	Ruim:Até 8 Bom:8 - 15 Ótimo:acima de 15
Qualidade e segurança	Adequação as normas	Laudos técnicos e vistorias	Inspeção prévia	Ruim:Até 5 Bom:5 - 15 Ótimo:acima de 15



Valorização de fornecedores locais	Proporção de contratações locais	Contratos, notas fiscais	Análise documental	Ruim:Até 3 Bom:3- 8 Ótimo:acima de 8
Experiência do público	Satisfação do público	Pesquisa de redes sociais	Questionários pós evento	Ruim:Até 5 Bom:5 - 10 Ótimo:acima de 10
Integração Comunidade	Participação Organização	Atas, registros de reuniões	Relatórios	Ruim:Até 5 ações Bom:5- 10 Ótimo:acima de 10
Cultura e economia	Impacto no comercio	Relatos e entrevistas	Coletas de dados	Ruim:Até 5 Bom:5 - 10 Ótimo:acima de 10
Pertencimento cultural	Participação e reconhecimento	Registro e mídia	Observação direta	Ruim:Até 1.000 Bom:1.001 – 1.500 Ótimo:acima de 1501
Referência regional	Interesse de patrocinadores	Relatórios e atas	Análise de intenções	Ruim:Até 2 Bom:2 - 3 Ótimo:acima de 3
4.11 Capacidade técnica-operacional O Município de Nova Crixás/GO possui experiência na realização de eventos de grande porte e atividades culturais voltadas à população local, dispondo de equipe técnica capacitada para planejamento, execução e fiscalização de ações públicas financiadas por convênios Obs.: Segue em anexo um Portifólio com Relat'rio Fotográfico de alguns eventos realizados.				
Recursos Humanos: <ul style="list-style-type: none">Servidores municipais especializados nas áreas de cultura, turismo, administração e infraestrutura;Comissão organizadora do evento, responsável pela coordenação geral, logística, segurança, montagem de estrutura e acompanhamento das apresentações artísticas;Profissionais contratados para execução técnica de som, iluminação, palco e demais serviços correlatos. Recursos Materiais e Logísticos: <ul style="list-style-type: none">Equipamentos de som, iluminação e palco já contratados e homologados;Estrutura de apoio para público, segurança, controle de acesso, e serviços de limpeza e primeiros socorros;Sistema de registro e controle do público e documentação do evento para prestação de contas. Experiência Técnica: <ul style="list-style-type: none">Histórico de realização de festas comemorativas municipais e eventos culturais de médio e grande porte;Capacidade de gestão de contratos e fiscalização de execução de serviços terceirizados;Controle de orçamento e cumprimento de cronograma, garantindo atendimento aos critérios estabelecidos pela Secretaria da Retomada.				



A combinação de **recursos humanos qualificados, experiência prévia e infraestrutura adequada** assegura que o Município de Nova Crixás/GO possui plena capacidade técnica-operacional para execução do objeto do convênio, garantindo a realização da festa do 43º Aniversário conforme as diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Descrição	Duração		Indicador Físico	Quantidade
		Início	Término		
1ª	Contratação dos fornecedores	Após a assinatura do Termo de Convênio	Após a assinatura da ordem de serviço pelo Gestor do Contrato	Não há	Não há
2ª	Montagem e desmontagem da estrutura	28/01/2026	04/02/2026	foto	02
3ª	Realização do Show Musical da DJ IZA	01/02/2026	02/02/2026	foto e vídeo	02
4ª	Compilação e apresentação da prestação de contas	Após a finalização da execução dos serviços	Até 90 dias após o término da vigência do Convênio	Foto, Vídeo e documentos	03

6. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO/ORÇAMENTO

6.1 Plano de Aplicação

EXERCÍCIO	TIPO DE DESPESA	CONCEDENTE (R\$)	PROPONENTE (R\$)	TOTAL (R\$)
2026	Contratação Geral	R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)	R\$ 533,00 (Quinhentos trinta e três reais)	R\$ 500.533,00 (Quinhentos mil quinhentos trinta e três reais)

6.2 Orçamento Detalhado

Item	Especificações	Quantidade	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Total
6.2.1	GERADORES DE ENERGIA SILENCIADOS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 270 KVA , SILENCIADO (COM CONTAINER DE ISOLAMENTO ACÚSTICO); BLINDAGEM DE RUÍDO DE ATÉ 70 DECIBÉIS NA DISTANCIA DE 4,00M; CHAVE DE DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA TRIFÁSICA NA TENSÃO FASE NEUTRO 220 V E FASE FASE 380 V, ATERRADO; REGULADOR AUTOMÁTICO DE TENSÃO E FREQUÊNCIA (60 HZ); PAINEL DE CONTROLE COMPLETO (VOLTÍMETRO, FREQUENCÍMETRO, AMPERÍMETRO, CONTADOR DE HORAS E DEMAIS MOSTRADOR DO CONJUNTO	6	UN	5.330,00	31.980,0000

62 3385-3180 / 62 3385-3888 62 3385-3354



6.2.2	SOM PA 48 -24 CAIXAS DE GRAVES COM 02 ALTO FALANTES DE 18" COM POTÊNCIA DE 1000 W, 12 CAIXA DE MÉDIO LINE COM 02 ALTO FALANTES DE 12" DE 1200 W, 24 TITANIUM 180W, EQUALIZADOR 31 BANDAS, LOW CUT DE 10 A 400 HZ – HIGH CUT DE 2.5KHZ A 30KHZ CABEAMENTO COMPLETO PARA ATENDER ARTISTAS DE NIVEL NACIONAL, 01 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA COM 07 PEÇAS, PADRÃO POLAR SUPERCARDÍOIDE 01 MESA DE SOM DIGITAL OU ANALÓGICA DE, NO MÍNIMO, 56 CANAIS, ENTRADAS XLR BALANCEADAS 01 PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 03 VIAS E PALCO 2 ÁGUA 13X15	3	UN	19.980,00	59.940,0000
6.2.3	PALCO MODELO 2 ÁGUAS EM ALUMÍNIO P30 DE 13X15M. DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO MODELO 2 ÁGUAS MEDINDO 13 METROS DE FRENTE POR 15 METROS DE PROFUNDIDADE, COBERTO POR LONA RESISTENTE A CHAMAS NA COR CINZA, PISO COM ESTRUTURA METÁLICA COM ALTURA REGULÁVEL DE 1M A 1.80M E PISO (ASSOALHO) EM COMPENSADOS DE 18MM, COM SENÁRIO EM GROUNDS TUBOLAR 9X7MTS, COM ABAS LATERAIS NO FORMATO DE GOL VERTICAL PARA SUPORTE DE SOM DE SISTEMA LINE, FECHAMENTO FRONTAL, MONTAGEM ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL	3	UN	12.990,00	38.970,00
6.2.4	MESA COMPUTADORIZADA COM 48 CANAIS DE DIMMER MONTADOS EM RACK DE 4.000 WATTS POR CANAL; 02 AMPLIFICADOR DE SINAL DMX DE 8VIAS; 16 PAR LED'S DE 3 W; 04 MINI BRUT COM 6 LÂMPADAS DWE 650 WATTS; 12 CANHÕES PAR 64 FOCO 5; 4 STROBO ATONIC 3000; 1 GRID 9X7M DE ALUMÍNIO Q30 COM UM TRAVESSA, (MONTAGEM E DESMONTAGEM) 6 TALHAS DE 1 TONELADA DE ELEVAÇÃO DE 8 M, COM MANILHAS E CINTAS; 2 MAQUINAS DE FUMAÇA DMX,12 MOVIE RED, 1 CANHÃO SKY WALQUER 2KM, 1 SISTEMA DE INTERCON	03	UN	11.450,00	34.350,00
6.2.5	PAINEL DE LED 6X3 , P5 OU QUALIDADE SUPERIOR, OUTDOOR, ALTA DEFINIÇÃO COM TODOS OS COMPONENTES PARA ATENDER O EVENTO, (MONTAGEM E DESMONTAGEM)	06	UN	3.480,00	20.880,00
6.2.6	BANHEIRO QUÍMICO -LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS INDIVIDUAIS, MASCULINOS E FEMININOS COM MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO, EM POLIETILENO NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,10 M DE FRENTE X 1,10 M DE FUNDO COM 2,20 M DE ALTURA, COM PRODUTOS E HIGIENIZAÇÃO, CONTENDA CAIXA DE COLETA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 200 LTS, PORTA PAPEL, TAMPA NOS ASSENTOS, PORTA COM SINALIZADOR LIVRE E OCUPADO, PISO ANTIDERRAPANTE E PLACAS DE SINALIZAÇÃO	66	UN	320,00	21.120,00

62 3385-3180 / 62 3385-3888 62 3385-3354



	"MASCULINO E "FEMININO", COM LIMPEZA 02 VEZES AO DIA.				
6.2.7	PRODUÇÃO DE CAMARIM PARA ARTISTAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÓVEIS , SOFÁ OU POLTRONAS, CARPETES, CORTINAS, ARARA DE ROUPAS, ESPELHOS, CLIMATIZADOR OU AR CONDICIONADO, ALEM DE ABASTECIMENTO DO MESMO OBEDECENDO SEMPRE A LISTA DE CAMARIM DOS ARTISTAS A SE APRESENTAREM EM CADA EVENTO DO MUNICÍPIO, TÁBUAS DE FRIOS, SANDUICHES, SALGADINHOS, PIZZA, DOCE, CAFÉ, BOLO, CESTA DE FRUTAS, BEBIDAS QUENTES, REFRIGERANTES, SUCOS, CERVEJAS, COPO, TALHERES, GUARDANAPOS, SEMPRE SUJEITO	06	UN	6.480,00	38.880,00
6.2.8	GRADIL (DISCIPLINADOR) , MEDINDO 1,05M DE ALTURA E 3 MTS DE COMPRIMENTO, COM APOIO EM MÃOS FRANCESA FIXADOS POR GRAMPOS, CONFECCIONADOS EM TUBO DE 1,5" E CHAPA DE 14MM; (MONTAGEM E DESMONTAGEM)	169	UN	47,00	7.943,00
6.2.9	TUNEL 10X15 - LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TUNEL, MEDINDO 10X15 MTS, 3M DE ALTURA CADA, ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COBERTURA EM LONA ANTICHAMA, COM SISTEMA DE AMARRAÇÃO INDIVIDUAL POR ILHÓS	11	UN	10.200,00	112.200,00
6.2.10	SOM PA8 - 04 CAIXAS DE GRAVES COM 02 ALTO FALANTES DE 18" COM POTÊNCIA DE 1000 W, 04 CAIXA DE MÉDIO LINE COM 02 ALTO FALANTES DE 12" DE 1200 W, 04 TITANIUM 180W, COM AMPLIFICADORES E PERIFÉRICOS, MESA ANALÓGICA COM 24 CANAIS, 06 MICROFONES COM FIO SHURE E 03 MICROFONES SEM FIO SHURE , MONITOR, CABO DE FORÇA, CAIXA DE ENERGIA 110/220 V, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM	03	UN	2.890,00	8.670,00
6.2.11	TENDA 10X10 - LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA PIRAMIDAL TENCIONADA, MEDINDO 10X10 MTS, 3M DE ALTURA CADA, ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, COM SISTEMA DE AMARRAÇÃO INDIVIDUAL POR ILHÓS	26	UN	1.130,00	29.380,00
6.2.12	TENDA 4X4 - LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA PIRAMIDAL TENCIONADA, MEDINDO 4X4 MTS, 3M DE ALTURA CADA, ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, COM SISTEMA DE AMARRAÇÃO INDIVIDUAL POR ILHÓS	16	UN	550,00	8.800,00
6.2.13	TENDA 6 X3 - LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA PIRAMIDAL TENCIONADA, MEDINDO 6X3 MTS, 3M DE ALTURA	12	UN	610,00	7.320,00

62 3385-3180 / 62 3385-3888 62 3385-3354



	CADA, ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA, COBERTURA EM LONA NA COR BRANCA, COM SISTEMA DE AMARRAÇÃO INDIVIDUAL POR ILHÓS				
6.2.14	CLIMATIZADOR PORTÁTIL COM VAZÃO MÍNIMA DE 30.000 M3/H COM CONTROLE REMOTO, 12 VELOCIDADES (ROTO 100).	06	UN	850,0	5.100,00
	TOTAL				R\$ 425.533,00

6.2.1 Orçamento Detalhado				
Especificações	Quantidade	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Total
REALIZAÇÃO DO SHOW MUSICAL DA DJ IZA	01	UN	75.000,00	75.000,00
	TOTAL			R\$ 75.000,00
	TOTAL GERAL			R\$ 500.533,00

7. **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

7.1. O CONCEDENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2026	R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

7.2. O CONVENIENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2026	R\$ 533,00 (quinhentos trinta e três reais)

7.3. Conforme as tabelas supra, o desembolso será realizado após a subscrição do Convênio.

8. **OBSERVAÇÕES GERAIS**

- 8.1. O Município de Nova Crixás/GO será a entidade realizadora das comemorações do 43º aniversário de emancipação política, que ocorrerá nos dias 30 de janeiro a 01 de fevereiro de 2026.
- 8.2. O Município de Nova Crixás/GO será responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento do evento, cumprindo todo o disposto no Plano de Trabalho.
- 8.3. O Município de Nova Crixás/GO ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernente à legislação fiscal, social, tributária, trabalhista e previdenciária acaso decorrente da execução do objeto do convênio.


62 3385-3180 / 62 3385-3888 62 3385-3354

9. **DECLARAÇÃO**

9.1. Na qualidade de representante da Conveniente, venho declarar à Secretaria de Estado da Retomada de Goiás que:

- a) O Município de Nova Crixás/GO informará à Secretaria de Estado da Retomada - SER, a qualquer tempo, durante a execução do instrumento, as ações desenvolvidas para viabilizar os eventos.
- b) O Município de Nova Crixás/GO irá prestar contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do objeto do convênio.
- c) O Município de Nova Crixás/GO irá receber e movimentar recursos exclusivamente em conta corrente bancária aberta somente para fins do eventual Convênio a ser firmado.
- d) O Município de Nova Crixás/GO irá operacionalizar o objeto, estando ainda ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Secretaria de Estado da Retomada - SER, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional.
- e) O Município de Nova Crixás/GO não possui, em seu corpo diretivo, servidores da Administração Pública Estadual ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores da Secretaria de Estado da Retomada - SER ou de diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da alta administração do poder público Estadual.
- f) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que os servidores envolvidos com o Convênio e respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- g) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que o Município de Nova Crixás/GO não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito.
- h) O Município de Nova Crixás/GO não possui nenhum impedimento legal para realizar o presente convênio.
- i) Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará a Secretaria de Estado da Retomada - SER quando solicitado e, antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência.

Ante o exposto, pede-se **APROVAÇÃO** do Plano de Trabalho.

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO BARBOSA TAVARES**
Data: 28/01/2026 13:29:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Barbosa Tavares
Prefeito Municipal de Nova Crixás

Esta Secretaria de Estado da Retomada - SER **APROVA** o Plano de Trabalho, por seu representante que subscreve.

César Augusto Sotkeviciene Moura
Secretário de Estado da Retomada

GOIÂNIA - GO, aos dias do mês de de 2026.

62 3385-3180 / 62 3385-3888 62 3385-3354



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

DECLARAÇÃO Nº 9 / 2026 RETOMADA/GECG-21307

CONSIDERANDO o teor do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, que estabelece normas que regulamentam a celebração, a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos convênios e dos termos de cooperação firmados no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, bem como na Lei Federal n.º 14.133/2021.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, em que menciona que para a celebração do convênio dependerão da aprovação do plano de trabalho depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pelos órgãos ou pelas entidades interessadas.

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho Retificado (85577946) apresentado pelo o **MUNICÍPIO DE NOVA CRIXÁS/GO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 00.236.968/0001-11, preenche os requisitos legais, conforme manifestação da Procuradoria Setorial, por meio do Parecer n.º 23/2026 (85436671), Processo nº 202619222000022.

DECIDO pela aprovação do Plano de Trabalho Retificado (85577946) apresentado, visando apoiar a celebração de Convênio entre o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Retomada – SER, e o Município de Nova Crixás – GO, com a finalidade de apoiar a realização da Festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO, programada para ocorrer no período de **30 de Janeiro a 01 de Fevereiro de 2026**, no valor de **R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)**.

César Augusto de Sotkeviciene Moura

Secretário(a) de Estado da Retomada

GOIÂNIA, 28 de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**, **Secretário (a) de Estado**, em 28/01/2026, às 22:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **85575161** e o código CRC **39E373E7**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
RUA 82 400 - Bairro SETOR CENTRAL - CEP 74015-095 - GOIANIA - GO 0- PALACIO PEDRO
LUDOVICO TEIXERIRA, 2 ° ANDAR ALA LESTE



Referência: Processo nº 202619222000022



SEI 85575161

PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO

ORDEM DE
SERVIÇO:
0000598392

TÍTULO: EXTRATO DE CONVENIO Nº 02-2026 - CRIXÁS

USUÁRIO: FABRICIA ESTANISLAU MORAIS

LOGIN: fabricia.moraes

CLIENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

DATA DA PUBLICAÇÃO: 30/01/2026

SITUAÇÃO DA PUBLICAÇÃO: APROVADA

DATA DO ENVIO: 29/01/2026

HORA: 13:13:16

VALOR: 479,06

ALTURA (cm): 10.95

COLUNA(S): 1

CM² (Colunas x altura):
10.95

JORNAL: Diário Oficial do Estado de Goiás

CADERNO: Caderno Único

SEÇÃO: II - Secretarias de Estado

DADOS
DO
ARQUIVO

EXTENSÃO: docx

IMPRESSÃO

DATA: 29/01/2026

HORA: 13:14:05

USUÁRIO: FABRICIA ESTANISLAU
MORAIS

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA
EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 02/2026

PROCESSO: 202619222000022

ESPÉCIE: Convênio

CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA, inscrita no CNPJ nº 37.992.607/0001-05.

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE NOVA CRIXÁS/GO, inscrito no CNPJ sob nº 00.236.968/0001-11.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto o apoio financeiro para a realização da Festa comemorativa do 43º Aniversário do Município de Nova Crixás/GO, que será realizado no período de **30 de Janeiro a 01 de Fevereiro de 2026**. O apoio destina-se a contratação de estrutura e de show musical, tendo como objetivo promover o acesso da população a atividades culturais e de lazer, além de fortalecer a identidade cultural e a integração social da comunidade.

VIGÊNCIA: O presente Termo de Convênio terá vigência de **2 (dois) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho aprovado

DATA DA ASSINATURA: 29/01/2026

VALOR: O valor total de **R\$ 500.533,00 (quinhentos mil, quinhentos e trinta e três reais)**, sendo o valor de **R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás, e o valor de **R\$ 533,00 (quinhentos e trinta e três reais)**, contrapartida da conveniente

ASSINATURAS: **César Augusto Sotkeviciene Moura** - Secretário da Secretaria de Estado da Retomada e **Rodrigo Barbosa Tavares** - Prefeito do Município de Nova Crixás/GO